



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

**ATA DE REUNIÃO**

**SUBCOMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - STIC  
7ª REUNIÃO DO STIC DE 2024, 25/06/2024 08:30, SALA DO DIRETOR  
DA SETIC**

**1. PARTICIPANTES**

- 1.1. Rafael Robinson de Sousa Neto (Secretário de TIC)
- 1.2. Maickel Roberto Neitzke (Chefe do Apoio de Governança de TI)
- 1.3. Rodrigo Silveira Alexandre (Chefe da Divisão Infraestrutura e Segurança da Informação)
- 1.4. André Pereira Nunes (Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Sistemas Nacionais)
- 1.5. Carlos Eduardo Ferreira Marins (Chefe do Apoio de Relacionamento com o Cliente)
- 1.6. Gutemberg Pereira Vidal Santos (Chefe do Apoio ao PJe-JT)

**2. PAUTA**

**2.1. Avaliação do Processo de Gerenciamento de Capacitações de TIC**

2.1.1. Maickel apresentou o simulador contendo as respostas previstas para a "Seção 1 - Avaliação da Área de TIC" do iGovTIC-JUD 2024. Rafael destacou que algumas perguntas seriam respondidas em conjunto com o CSJT e que ainda estava aguardando as respostas e evidências necessárias.

2.1.2. Após a leitura, discussão e ajustes de todos os itens do simulador, foi finalizada a versão que será submetida ao Comitê de TIC.

**iGovTIC-JUD 2024  
Seção de TIC**

**Seção 1 - Avaliação da Área de TIC**

**Subseção 1.1 - Perguntas específicas  
de TIC**

**Domínio: Governança e Gestão de TIC**

**Tema 1: Estruturas Organizacionais e Macroprocessos**

<b>Pergunta 01: A coordenação dos macroprocessos e as funções gerenciais de TIC são executadas por servidores do quadro permanente do Órgão e em regime de dedicação exclusiva?</b>		
<b>Item 1.1: Sobre a coordenação de macroprocessos de TIC. Ela é executada por:</b>		
Resposta:	86% a 100% de servidores do quadro permanente.	
<b>Item 1.2: Sobre as funções gerenciais de TIC. Elas são executadas por:</b>		
Resposta:	86% a 100% de servidores do quadro permanente.	
<b>Pergunta 02: Os processos de planejamento orçamentário de TIC, de gerenciamento de projetos de TIC e de gerenciamento de contratos de TIC são formalmente instituídos como normas de cumprimentos obrigatório; são executados de acordo com o seu ato constitutivo; e revisados anualmente e aperfeiçoado quando necessário?</b>		
<b>Item 2.1: Sobre o Processo de Planejamento Orçamentário de TIC:</b>		
Sim	É formalmente instituído.	
Sim	É executado conforme normativo.	
Sim	É revisado periodicamente.	
<b>Item 2.2: Sobre o Processo de Gerenciamento de Projetos de TIC:</b>		
Sim	É formalmente instituído.	
Sim	É executado conforme normativo.	
Sim	É revisado periodicamente.	
<b>Item 2.3: Sobre o Processo de Gerenciamento de Contratos de TIC:</b>		
Sim	É formalmente instituído.	
Sim	É executado conforme normativo.	
Sim	É revisado periodicamente.	
<b>Tema 2: Políticas e Planejamento</b>		
<b>Pergunta 03: O Órgão elaborou, entregou e executa os Planos previstos na ENTIC-JUD?</b>		
Sim	Não entregou Planos.	
Sim	Entregou o Plano de Transformação Digital - PTD (Art. 15) e as ações estão sendo executadas.	
Sim	Entregou o Plano Anual de Capacitações de TIC - (Art. 27) e as ações estão sendo executadas.	
Sim	Entregou o Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços - (Art. 36º) e as ações estão sendo executadas.	
Sim	Entregou o Plano de Gestão de Riscos de TIC - (Art. 37º) e as ações estão sendo executadas.	
Sim	Entregou o Plano de Trabalho da ENTIC - (Art. 45) e as ações estão sendo executadas.	
<b>Pergunta 04: O Órgão possui Comitê de Governança de TIC instituído e atuante no acompanhamento de suas deliberações?</b>		
Resposta:	Possui Comitê com acompanhamento Trimestral.	
<b>Pergunta 05: O Órgão possui Comitê de Gestão de TIC instituído e atuante no acompanhamento de suas deliberações?</b>		
Resposta:	Possui Comitê com acompanhamento quinzenal.	

<b>Pergunta 06: O Órgão possui PDTIC vigente e possui sua execução monitorada sistematicamente?</b>		
	Resposta:	Possui PDTIC Vigente com monitoramento mensal.
<b>Pergunta 07: Os artefatos de contratações do Plano vigente, desde que não tenham sido considerados sigilosos, são disponibilizados em local de fácil acesso no portal do Órgão, na internet, e no Repositório Nacional (considerar o DOD, ETP e TR de contratações que foram planejadas no primeiro semestre de 2021, conforme plano de contratação vigente)?</b>		
<b>Item 7.1: Sobre os artefatos do Plano de Contratações Vigente no Portal do Tribunal:</b>		
	Resposta:	Disponibiliza entre 89% e 100% dos artefatos no Portal do Tribunal.
<b>Item 7.2: Sobre os artefatos do Plano de Contratações Vigente no Repositório Nacional:</b>		
	Resposta:	Disponibiliza entre 89% e 100% dos artefatos no Repositório Nacional.
<b>Tema 3: Transformação Digital</b>		
<b>Pergunta 08: Sobre o Plano de Transformação Digital (PTD):</b>		
	Sim	O Órgão instituiu seu Plano de Transformação Digital.
	Sim	O PTD é executado.
	Sim	O PTD é revisado periodicamente.
	Sim	A área de TIC contribui na concepção e nas revisões do Plano de Transformação Digital.
	Sim	O PTD contém ações de transformação digital de serviços.
	Sim	O PTD contém ações de integração de canais digitais.
	Sim	O PTD contém ações de interoperabilidade de sistemas.
	Sim	O PTD contém ações de estratégia de monitoramento.
<b>Pergunta 09: Em relação a Transformação Digital, as seguintes ações são realizadas?</b>		
	Sim	Padronização das tabelas unificadas.
	Sim	Criação de padrões de dados mínimos para o atendimento da LGPD.
	Sim	Utilização de padrões de assinaturas digitais.
<b>Pergunta 10: Dentro dos serviços oferecidos para a sociedade, quantos são disponibilizados de forma digital?</b>		
	Resposta:	Entre 81% e 95% dos serviços possuem uma alternativa digital.
<b>Pergunta 11: Sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) (Res. CNJ nº 335/2020 e Port. CNJ nº 252/2020):</b>		

<b>Informe o seu Órgão</b>	TRT16
----------------------------	-------

**Observação: Para as pontuações dos itens das perguntas 11 e 12 serem contabilizadas é obrigatório informar o seu órgão.**

<b>Item 11.1: Sobre o Comitê Gestor do Tribunal que trata da PDPJ-Br:</b>		
	Resposta:	Não se aplica aos TRTs, aos TREs e ao CNJ.

	Não se aplica aos TRTs, aos TRES e ao CNJ.	O Comitê possui ferramenta de comunicação própria (e-mail, aplicativo, Teams).
<b>Item 11.2: Sobre a integração dos sistemas judiciais:</b>		
	Sim - TRES, TRTs e CNJ	O Órgão desenvolveu nova funcionalidade em seus sistemas legados desde a aprovação da Resolução 335/2020.
	Sim - TRES, TRTs e CNJ	O Órgão possui planejamento para integração de todos os seus sistemas judiciais à PDPJ-Br.
	Sim - TRES, TRTs e CNJ	As soluções do Órgão a serem integradas à PDPJ-Br atendem as condições do artigo 2 da Portaria CNJ nº 252/2020.
<b>Pergunta 12: Sobre a "Justiça 4.0":</b>		
	Sim - Órgãos do Poder Judiciário (exceto Justiça Eleitoral, Conselhos e Tribunal Superior)	O Órgão implementou o "Juízo 100% Digital"?
	Sim - Órgãos do Poder Judiciário (exceto Justiça Eleitoral e Conselhos)	O Órgão implementou o "Balcão Virtual"?
	Sim - Órgãos do Poder Judiciário (exceto Justiça Eleitoral, Conselhos e Tribunais Superiores)	O Órgão implementou o "Núcleo de Justiça 4.0"?
<b>Pergunta 13: Existem ações para implementar os modelos de inteligência artificial (IA) (Resolução CNJ nº 332/2020)?</b>		
	Sim	O Órgão conta com soluções ou modelos de IA.
	Sim	Existem iniciativas para desenvolver modelos de IA.
	Sim	A alta administração atua para incentivar na concepção de iniciativas de IA.
	Sim	O Órgão utiliza a plataforma de Inteligência Artificial do Poder Judiciário Nacional (Sinapses) com o objetivo de armazenar, testar, treinar, distribuir e auditar modelos de Inteligência Artificial? (Resolução CNJ nº 332/2020.)
	Sim	O Órgão deposita os modelos de Inteligência Artificial desenvolvidos no Sinapses? (Resolução CNJ nº 332/2020)

	Não	O Órgão possui processos para assegurar a realização de estudos, pesquisas, ensino e treinamentos de Inteligência Artificial livre de preconceitos. (Resolução CNJ 332/2020)
--	-----	--

## Tema 4: Atendimento e Suporte ao Usuário

### Pergunta 14: Sobre o funcionamento da Central de Serviços de TIC:

	Sim	As atividades são executadas de acordo com o seu ato constitutivo.
	Sim	Possui software de gestão de atendimento atualizado.
	Sim	É realizada capacitação periódica dos atendentes.
	Sim	Possui FAQs atualizadas.
	Sim	Pelo menos 95% dos atendimentos são realizados dentro do SLA ou ANO acordados (Período de referência: ciclo do ano anterior).

### Pergunta 15: Sobre a Central de Atendimento aos Usuário de Soluções de TIC. Ela foi reconhecida, no ciclo do ano anterior, por excelência na prestação de seus serviços. Só serão contabilizados os valores Ótimo e Bom.

	Resposta:	Entre 90% e 100% da avaliação com a nota Ótimo ou Bom.
--	-----------	--

## Tema 5: Pessoas

### Pergunta 16: Sobre os servidores gestores e técnicos:

	Sim	Existem critérios objetivos formalmente instituídos para a escolha de líderes ocupantes de funções de coordenação e de gerência na área de TIC.
	Não	São definidas formalmente metas específicas para os gestores e técnicos de TIC.
	Não	Há revisão anual e aperfeiçoamento, quando necessário, dos critérios de desempenho exigidos aos servidores lotados na área de TIC.
	Sim	Há revisão anual e aperfeiçoamento, quando necessário, das competências técnicas e gerenciais definidas para as unidades que compõem a área de TIC.

### Pergunta 17: Sobre os servidores da área de TIC:

	Não	O Órgão possui quadro permanente de servidores de TIC compatível com a demanda, com o referencial mínimo estabelecido no Guia Estratégico de TIC do Poder Judiciário.
	Não	O Órgão busca implementar instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de TIC, propiciando oportunidades de crescimento profissional e a retenção de talentos.
	Sim	O Órgão realiza análise de rotatividade com o objetivo de reduzir a evasão de servidores de TIC do quadro permanente.

## Domínio: Gerenciamento de Serviços de TIC

## Tema 6: Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem

### Pergunta 18: Sobre a infraestrutura de TIC:

	Não	São disponibilizados links de comunicação entre as unidades e o órgão suficientes para suportar o tráfego de dados e garantir a disponibilidade com comprometimento máximo de 80% da capacidade total dos links.
--	-----	--

	Sim	São disponibilizados links de internet redundantes para o órgão, com operadoras distintas, com comprometimento máximo de 80% da capacidade total dos links.
	Sim	É disponibilizada solução de armazenamento de dados e respectivos softwares de gerência, em que a capacidade líquida não ultrapasse 80% do limite máximo de armazenamento.
	Sim	É disponibilizado parque de equipamentos servidores suficientes para atender às necessidades de processamento de dados dos sistemas e serviços “on-premise” no órgão, com comprometimento médio de até 80% de sua capacidade máxima, e em número adequado para garantir disponibilidade em caso de falha dos equipamentos.
	Sim	É disponibilizada solução de backup com capacidade suficiente para garantir a salvaguarda das informações digitais armazenadas.
	Sim	Existe cópia do backup em local distinto do local primário do órgão, de modo a prover redundância e atender à continuidade do negócio em caso de desastre.
	Sim	É disponibilizado ambiente de Data Center com os requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais.
	Sim	Existe réplica do Data Center em local seguro em prédio distinto do Data Center Principal.

**Pergunta 19: Para a realização de contratações de provedores de nuvem:**

	Sim	O Edital prevê entre dois e quatro provedores de nuvem?
	Não	O Edital permite o uso de todo o catálogo de serviços dos provedores?
	Sim	O Edital exige um catálogo mínimo de serviços dos provedores?
	Não	O Edital permite o uso de Marketplace?
	Sim	O Edital define as características essenciais de computação em nuvem?
	Sim	O Edital está aderente a Instrução Normativa nº 5 de 2021?
	Sim	O Edital prevê requisitos de certificações de mercado como ISOs, SOCs, etc.?
	Não	O Edital prevê Serviços Profissionais do integrador e dos provedores de nuvem?
	Sim	O Edital prevê Suporte e Sustentação do integrador e dos provedores de nuvem?
	Sim	O Edital prevê tempo de resposta mínimos para atendimento de chamados conforme sua criticidade
	Sim	O Edital prevê Link de Conectividade entre o Datacenter próprio e os provedores de nuvem?
	Sim	O Edital prevê a realização de treinamento?

**Pergunta 20: Sobre a prestação de serviços em nuvem:**

**Item 20.1. Sobre a estratégia de adoção de nuvem:**

	Sim	O Tribunal identificou resultados mensuráveis ou os benefícios do uso da nuvem (por exemplo, confiabilidade, flexibilidade, segurança, redução de custos e eficiência etc.)?
	Sim	O Tribunal criou e compartilhou uma estratégia ou plano de adoção da nuvem com as principais partes interessadas (por exemplo, setores administrativos, financeiro, jurídico etc.)?

	Sim	O Tribunal possui destinação orçamentária para ser usado nas atividades de adoção da nuvem?
	Sim	O Tribunal designou gerente executivo para ser responsável e supervisionar o programa de migração para a nuvem?
	Sim	A área de TI do Tribunal reúne-se regularmente com as partes interessadas para tratar de questões de serviço e governança?
	Sim	O Tribunal identificou as habilidades e competências de nuvem necessárias para capacitação? Existe um plano de treinamento?
	Sim	O Tribunal possui um líder de gestão de mudanças (ou escritório de gestão de projetos)?
	Não	O Tribunal possui um inventário atualizado e confiável com metadados precisos sobre os sistemas, bem como sabe onde essas informações estão armazenadas e como são mantidas?
	Sim	O Tribunal estabeleceu uma prática de DevOps ou planeja prestar e gerenciar serviços baseados em nuvem?
	Sim	O Tribunal possui contas com provedores de serviço de nuvem que podem ser usadas para experiências ou testes de adoção da nuvem?
	Sim	As contas existentes seguem as melhores práticas relativas à governança, conexão de rede e segurança?
	Não	O Tribunal identificou, por meio de uma matriz de responsabilidades (ou organograma), que equipes são responsáveis pelos aspectos operacionais da nuvem (como adição de contas, adição de credenciais da equipe, mudança de configurações técnicas)?
	Sim	O Tribunal possui uma equipe treinada para execução das tarefas de nuvem?
	Sim	O Tribunal previu e documentou como as operações funcionarão no estado futuro de gerenciamento de sistemas na nuvem?
	Não	O tribunal implementou todas as melhores práticas operacionais para acomodar a execução na nuvem?
	Não	O Tribunal possui planejamento de continuidade ajustado ou aperfeiçoado para recursos de nuvem?
	Não	O tribunal possui conhecimento consistente sobre como funcionar com segurança na nuvem?
	Não	Alguém no Tribunal é certificado e/ou considerado um especialista ou autoridade em segurança na nuvem?
	Não	O Tribunal possui um plano ou metodologia de segurança na nuvem documentada?
	Não	A liderança do Tribunal para segurança de TI aprova e participa da estratégia de adoção da nuvem e de sessões de planejamento?

#### **Item 20.2. Sobre a adoção de arquitetura de nuvem**

	Não	O Tribunal avalia a necessidade de seus usuários, os requisitos de governança, bem como os benefícios e ameaças da adoção de nuvem?
	Não	O Tribunal define de forma clara a responsabilidade de cada equipe na migração e operação da nuvem?
	Sim	O Tribunal projeta seus workloads de forma que todas as informações, tais como, métricas, logs e rastreamento, sejam fornecidas?

	Não	O Tribunal adota abordagens que forneçam feedback rápido sobre a qualidade e permitam recuperação rápida de alterações que não têm os resultados desejados? O uso dessas práticas reduz o impacto dos problemas introduzidos pela implantação de mudanças.
	Sim	O Tribunal define, captura e analisa as métricas do ambiente de nuvem para obter visibilidade dos eventos de operações, para que você possa tomar as ações apropriadas?
	Sim	O Tribunal prepara e valida procedimentos para responder a eventos, com o objetivo de minimizar a interrupção de seus workloads?
	Não	O Tribunal dedica tempo e recursos para a melhoria incremental contínua, a fim de aumentar a eficácia e a eficiência de suas operações?
	Não	O Tribunal aplica as melhores práticas a todas as áreas de segurança?
	Sim	O Tribunal possui automação de processos, testes e validação de segurança para os seus workloads?
	Sim	O Tribunal gerencia identidades de pessoas e máquinas?
	Sim	O Tribunal gerencia permissões de pessoas e máquinas?
	Sim	O Tribunal possui processo de tratamento e resposta a incidentes de redes?
	Não	O Tribunal incorpora e valida as propriedades de segurança de aplicações durante o ciclo de vida de design, desenvolvimento e implantação?
	Sim	O Tribunal gerencia cotas e restrições de serviço?
	Sim	O Tribunal planeja a topologia de rede a ser utilizada levando em consideração a conectividade dentro dos sistemas e entre eles, gerenciamento de endereços IP públicos e privados e resolução de nomes de domínio?
	Não	O Tribunal planeja a arquitetura de forma a criar workloads altamente escaláveis e confiáveis?
	Não	O Tribunal possui política de backup implementada em nuvem?
	Não	O Tribunal possui plano de recuperação de desastres implementado em nuvem?
	Sim	O Tribunal leva em conta os requisitos de custo ao tomar decisões?
	Sim	O Tribunal utiliza políticas ou arquiteturas de referência?
	Sim	O Tribunal trabalha na otimização dos custos?
	Sim	O Tribunal monitora os custos proativamente?
	Sim	O Tribunal implementa processo de desativação de recursos?
	Sim	O Tribunal escala a infraestrutura de workloads dinamicamente?
	Sim	O Tribunal apoia as metas de sustentabilidade implementando padrões que suavizem os picos de carga e mantenham a alta utilização consistente de recursos implantados para minimizar os recursos consumidos?

**Pergunta 21: Sobre o gerenciamento de serviços de TIC, quais foram implementados, são executados, monitorados e revisados?**

	Sim	O processo de gerenciamento de ativos de TIC.
	Não	O processo de gerenciamento de capacidade de TIC.
	Sim	O processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC.
	Sim	O processo de gerenciamento de incidentes de TIC.
	Sim	O processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC.
	Sim	O processo de gerenciamento de mudanças de TIC.
	Sim	O processo de gerenciamento de problemas de TIC.

	Sim	O processo de gerenciamento de requisições de TIC.
<b>Tema 7: Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados</b>		
<b>Pergunta 22: Sobre o Comitê de Governança de Segurança da Informação (CGSI) do órgão (Resolução CNJ nº 396/2021):</b>		
	Resposta:	O comitê se reúne pelo menos semestralmente de forma a atuar de maneira preventiva aos riscos.
<b>Pergunta 23: Sobre o nível da Segurança da Infraestrutura Crítica e da Governança da Segurança da Informação, protocolos e manuais instituídos pela Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) (Resolução CNJ nº 396/2021):</b>		
<b>Item 23.1: Sobre o nível da Segurança da Infraestrutura Crítica e da Governança da Segurança da Informação:</b>		
	Sim	Existem ações para implementar, elevar e manter o nível de segurança das infraestruturas críticas e especialmente os itens dispostos no Artigo 11.
	Sim	Existem ações para realizar a governança da segurança da informação e especialmente os itens dispostos no Artigo 19.
	Sim	O órgão instituiu a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Redes Computacionais (ETIR), conforme disposto no Artigo 11 da Resolução CNJ nº 396/2021.
	Sim	O órgão está integrado à Rede de Cooperação do Judiciário, conforme disposto no Artigo 18 da Resolução CNJ nº 396/2021.
<b>Item 23.2: O órgão implementou os protocolos e/ou criou planos de ação para implementar os manuais publicados como anexos da Portaria CNJ nº 162/2021:</b>		
	Não	O Órgão implementou o Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ).
	Não	O Órgão implementou o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ).
	Não	O Órgão implementou o Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIILC-PJ).
	Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Proteção de Infraestruturas Críticas de TIC.
	Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Prevenção e Mitigação de Ameaças Cibernéticas e Confiança Digital.
	Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Gestão de Identidades.
	Não	O Órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Política de Educação e Cultura em Segurança Cibernética do Poder Judiciário (PECSC-PJ).
<b>Pergunta 24: Sobre o Plano de Gestão de Riscos de TIC:</b>		
	Sim	É formalmente instituído.
	Sim	Os processos foram definidos.
	Sim	É executado.
	Sim	É revisado periodicamente.
<b>Pergunta 25: Sobre a Política de Segurança da Informação (PSI):</b>		
	Sim	É formalmente instituída.

	Sim	É executada.
	Sim	É revisado periodicamente.

## Tema 8: Sistemas de Informação

### Pergunta 26: O Órgão conta com ações para adequar os seus sistemas de informação, aos padrões de interoperabilidade estabelecidos pelo CNJ.

	Resposta:	Os padrões são utilizados em 90% a 100% das integrações entre sistemas nos processos judiciais.

### Pergunta 27: Sobre o processo de desenvolvimento e sustentação de sistemas:

	Sim	Existe um processo formalmente instituído.
	Sim	O processo é revisado periodicamente.
	Sim	As equipes de projeto estão capacitadas no processo de desenvolvimento e sustentação.
	Sim	Os projetos de desenvolvimento estão aderentes ao processo de desenvolvimento e sustentação.

### Pergunta 28: Sobre as soluções de TIC:

	Sim	O Órgão possui um catálogo (portfólio) de soluções de TIC formalmente instituído.
	Sim	Existe normativo que define papéis e responsabilidades no ciclo de vida das soluções de TIC.
	Sim	A área negocial é responsável por receber, avaliar e priorizar as demandas referentes ao negócio de uma solução de TIC.

## Subseção 1.2 - Diagnóstico Complementar

### Inovação e Inteligência Artificial

			Resposta
	<b>Pergunta 1</b>	O órgão utiliza a ferramenta CODEX?	Sim
	<b>Pergunta 2</b>	O CODEX está coletando dados processuais de todos os sistemas processuais?	Sim
	<b>Pergunta 3</b>	Há profissionais com conhecimento negocial do CODEX?	Sim
	<b>Pergunta 4</b>	Há profissionais com conhecimento técnico do CODEX?	Sim
	<b>Pergunta 5</b>	Há profissionais com conhecimento técnico na plataforma Sinapses?	Sim
	<b>Pergunta 6</b>	O Órgão possui unidade que utiliza a plataforma Sinapses nas suas atividades diárias?	Não
	<b>Pergunta 7</b>	Quantos modelos de IA foram testados na plataforma Sinapses no período de agosto de 2023 até maio de 2024?	-
	<b>Pergunta 8</b>	O tribunal elaborou o cronograma de capacitação exigido pelo plano de ação firmado com o CNJ para implantação do Programa Justiça 4.0?	Sim

### Força de Trabalho de TIC

			Resposta
--	--	--	----------

	<b>Pergunta 9</b>	Quantitativo de cargos de TIC do quadro permanente do Órgão (contabilizar apenas os servidores de TIC, de cargos de especialidade de TIC, do quadro permanente, lotados nas unidades de TIC do órgão).		42
	<b>Pergunta 10</b>	Quantitativo de cargos necessários de TIC do quadro permanente do órgão, segundo o Guia da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) (não contabilizar os cargos comissionados).		80
	<b>Pergunta 11</b>	Quantitativo de cargos de TIC ocupados por servidores de TIC no quadro permanente do Órgão (contabilizar cargos comissionados).		42
	<b>Pergunta 12</b>	Quantitativo de cargos de TIC vagos do quadro permanente do Órgão (não contabilizar os cargos comissionados).		-
	<b>Pergunta 13</b>	Total de usuários internos que fazem uso dos recursos de TIC (TUInt), segundo o Guia da ENTIC-JUD.		1.113
	<b>Pergunta 14</b>	Total de advogados, defensores ou procuradores registrados nas bases de dados de cada Tribunal. (TUExt), segundo o Guia da ENTIC-JUD.		20.714
	<b>Pergunta 15</b>	Total de Usuários de Recursos de TIC (TURTIC), segundo o Guia da ENTIC-JUD.		3.184

#### **Execução orçamentária e financeira de TIC (exercício financeiro de 2023).**

				<b>Resposta</b>
	<b>Pergunta 16</b>	Valor total do orçamento de TIC aprovado (disponibilizado em conta para o exercício) para o órgão.		R\$ 9.400.317,61
	<b>Pergunta 17</b>	Valor total do orçamento de custeio de TIC aprovado (disponibilizado em conta para o exercício) para o órgão em custeio.		R\$ 6.176.602,16
	<b>Pergunta 18</b>	Valor total do orçamento de TIC aprovado (disponibilizado em conta para o exercício) para o órgão em investimento.		R\$ 2.541.844,28
	<b>Pergunta 19</b>	Valor total do orçamento de TIC executado (pago) pelo órgão em custeio.		R\$ 6.062.984,52
	<b>Pergunta 20</b>	Valor total do orçamento de TIC executado (pago) pelo órgão em investimento.		R\$ 2.541.844,28
	<b>Pergunta 21</b>	Valor total do orçamento de TIC inscrito pelo órgão em restos a pagar.		R\$ 63.021,43
	<b>Pergunta 22</b>	Valor total do orçamento para "segurança cibernética e da informação", conforme dispõe a Resolução 396/2021.		R\$ 4.058.302,73

#### **Aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC (referência de 2023).**

				<b>Resposta</b>
	<b>Pergunta 23</b>	<b>Quantitativo de contratos assinados/prorrogados ou notas de empenho emitidas de aquisições de bens e de serviços de TIC.</b>		24



	<b>Pergunta 29</b>	Relacione os sistemas administrativos utilizados atualmente pelo Órgão e informe se foram adquiridos ou desenvolvidos interna ou externamente (no máximo 5 sistemas):		
		<b>Nome do Sistema Administrativo</b>		<b>Adquirido / Desenvolvido</b>
		SEI		Desenvolvido externamente pelo órgão
		Gestão de Orçamento e Finanças - SIGEO		Desenvolvido externamente pelo órgão
		SIGEP - módulos		Desenvolvido externamente pelo órgão
		SCMP		Desenvolvido externamente pelo órgão
		SIGS		Desenvolvido externamente pelo órgão

#### Atuação dos Conselhos sobre a Transformação Judicial do Poder Judiciário

				<b>Resposta</b>
	<b>Pergunta 30</b>	Considerando o tema Transformação Digital, o Conselho estabeleceu diretrizes estratégicas para os tribunais de sua abrangência de atuação?		
	<b>Pergunta 31</b>	O Conselho publicou guias orientativos em relação a Transformação Digital para os tribunais de sua abrangência de atuação?		
	<b>Pergunta 32</b>	O Conselho desenvolveu alguma ação, tais como realização de eventos para o fomento da Transformação Digital nos tribunais de sua abrangência de atuação?		
	<b>Pergunta 33</b>	Cite até 5 ações que o Conselho tem atuado em prol da Transformação Digital junto aos respectivos tribunais do ramo da justiça:		
		<b>Descrição</b>	<b>Link (opcional)</b>	

#### Aplicação e disseminação de conhecimentos de TIC, conforme a Resolução CNJ nº 443/2022

				<b>Resposta</b>
--	--	--	--	-----------------

<b>Pergunta 34</b>	Os editais de concursos públicos de seleção de servidores para cargos efetivos especializados em TIC do órgão, publicados após o início da vigência da Resolução CNJ nº 443/2022, abarcam conhecimentos específicos mínimos discriminados em Portaria vigente publicada pelo CNJ na época da publicação do edital.		Sim
<b>Pergunta 35</b>	Os novos processos de contratações de serviços terceirizados na área de TIC e as contratações de fábricas de software para manutenção e desenvolvimento de aplicações para os sistemas judiciários dos órgãos integrantes do Poder Judiciário organizados pelo órgão, iniciados após o início da vigência da Resolução CNJ nº 443/2022, abarcam conhecimentos específicos mínimos discriminados em Portaria vigente publicada pelo CNJ na época da publicação do edital.		Não se aplica
<b>Pergunta 36</b>	O órgão instituiu planos anuais ou bianuais de capacitação para manter o nivelamento dos servidores efetivos e comissionados das unidades de tecnologia da informação e segurança da informação conforme os padrões mínimos divulgados pelo CNJ.		Sim

### 3. DELIBERAÇÕES

### 4. PRÓXIMA REUNIÃO: 28/06/2024



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL ROBINSON DE SOUSA NETO**, **Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 27/06/2024, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Autenticar Documentos](#) informando o código verificador **0146881** e o código CRC **C582A143**.